

## Teoria contratualista: John Locke

### Teoria

---

#### O contratualismo de Locke

Opondo-se ao direito divino dos reis, John Locke, assim como Thomas Hobbes, acreditava que a única maneira efetivamente razoável de justificar a existência do poder político era por meio da **teoria contratualista**. No entanto, diferentemente de seu predecessor, Locke não tinha uma visão tão pessimista da natureza humana. Essa divergência básica, por sua vez, levou a outras maiores e mais relevantes, fazendo com que Locke defendesse um ideal de governo diretamente oposto àquele defendido por Hobbes. Assim, enquanto Hobbes foi um célebre teórico do absolutismo monárquico; Locke, além de ser considerado como o “pai” do **liberalismo político**, propunha como forma de governo a **monarquia constitucional**.

#### Estado de natureza: direitos naturais

De acordo com Locke, embora o estado de natureza seja caracterizado pela ausência de uma lei política, nele vigora a **lei da natureza**, que indica aos homens a igualdade que existe entre eles. Dessa lei natural derivam os **direitos naturais**, isto é, certos bens básicos que os homens possuem simplesmente por pertencer ao gênero humano. Entre esses direitos estão o direito à **vida**, à **liberdade** e à **propriedade**. Note que Locke utiliza a palavra propriedade com um sentido bastante amplo, ora referindo-se à propriedade privada, tal como a conhecemos, ora referindo-se à propriedade que o indivíduo tem sobre a sua vida e sobre a sua liberdade.

Nessa perspectiva, o mundo natural se apresenta como uma propriedade comum. Porém, à medida que um homem imprime o seu trabalho sobre a terra, por exemplo, ela passa a ser propriedade dele. Em outras palavras, é o trabalho que fundamenta o direito natural à propriedade. Assim, uma vez que o trabalho humano é limitado, o direito à propriedade também o é. Contudo não há limites que impeçam que esse homem troque o excedente daquilo que produziu por dinheiro.

#### Contrato social: juiz imparcial

Enquanto Thomas Hobbes entendia o estado de natureza como uma guerra constante de todos contra todos, John Locke propunha que, mesmo antes do surgimento da sociedade civil, os homens viviam em uma condição de relativa paz. Entretanto, embora os conflitos não fossem comuns, não havia uma autoridade superior para julgá-los quando aconteciam. Portanto, no estado de natureza, todos os homens são juízes da lei natural. Nesse sentido, ao julgar os responsáveis pelos danos que sofreu, um homem pode ser tomado pelo sentimento de vingança ou pelo egoísmo, que o levarão a causar mal aos outros.

Além disso, mesmo que todos os homens possuíssem o direito natural à vida, à liberdade e à propriedade, no estado de natureza, não havia um poder capaz de garantir o cumprimento e a preservação desses direitos. Assim, a necessidade e a conveniência levaram os homens a consentir

---

em abdicar de parte de sua liberdade, bem como do seu direito de julgar; para, mediante o estabelecimento de um **contrato social**, dar origem ao Estado. Note que, nessa perspectiva, o Estado possui duas funções básicas: **mediar os conflitos** entre os indivíduos e **garantir os direitos naturais**. Caso o governante não cumpra tais funções, ele pode e deve ser destituído do poder. Essa postura ficou conhecida como **direito de resistência** ou **direito de rebelião**.

Com isso, o poder do governante não é absoluto, como na teoria contratualista de Hobbes, e sim limitado pelas próprias leis. Aliás, Locke propõe que as atividades relativas ao Estado devem ser divididas entre o **poder legislativo**, responsável por elaborar as leis com base nos direitos naturais; o **poder executivo**, responsável por administrar e aplicar as leis; e o **poder federativo**, responsável pelas questões externas, como a relação com outras nações. Observe que os poderes executivo e federativo estão subordinados ao poder legislativo. Mais tarde, Montesquieu, em sua obra "O Espírito das Leis" (1748), aprimorou essa proposta de Locke, consolidando a separação entre os poderes, de modo que todos se vigiem mutuamente para evitar abusos.

---

## Exercícios de fixação

---

1. Qual das alternativas apresenta corretamente os direitos naturais defendidos por Locke?
    - (A) Direito à liberdade, à igualdade e à fraternidade.
    - (B) Direito à vida, à liberdade e à propriedade.
    - (C) Direito à saúde, à educação e à moradia.
    - (D) Direito à vida, à segurança e à igualdade.
  
  2. De acordo com Locke, quais são as principais funções do Estado?
    - (A) Conservar o poder e manter a ordem.
    - (B) Promover a felicidade e buscar o bem comum.
    - (C) Mediar os conflitos e garantir os direitos naturais.
    - (D) Garantir a segurança e estabelecer a justiça.
  
  3. Para Locke, a melhor forma de governo é
    - (A) a monarquia constitucional.
    - (B) a monarquia absolutista.
    - (C) a tirania.
    - (D) a aristocracia.
  
  4. Com base no pensamento de Locke, explique a relação entre o trabalho e o direito à propriedade.
  
  5. Explique a divisão das atividades do Estado proposta por Locke.
-

## Exercícios de vestibulares

---



1. (Enem, 2020) A sociedade como um sistema justo de cooperação social consiste em uma das ideias familiares fundamentais, que dá estrutura e organização à justiça como equidade. A cooperação social guia-se por regras e procedimentos publicamente reconhecidos e aceitos por aqueles que cooperam como sendo apropriados para regular a sua conduta. Diz-se que a cooperação é justa porque seus termos são tais que todos os participantes podem razoavelmente aceitar, desde que todos os demais também o aceitem.
- FERES JR. J, POGREBINSCH1, T. Teoria política contemporânea uma introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.**
- No contexto do pensamento político, a ideia apresentada mostra-se consoante o(a)
- (A) ideal republicano de governo.
  - (B) corrente tripartite dos poderes.
  - (C) posicionamento crítico do socialismo.
  - (D) legitimidade do absolutismo monárquico.
  - (E) entendimento do contratualismo moderno.
2. (Unioeste, 2009) Locke é um dos principais representantes do contratualismo clássico. Tem como ponto de partida de seu pensamento político o estado de natureza, de modo que, através do contrato (pacto) social, realiza-se a passagem para o Estado civil. Assinale a alternativa que não corresponde à concepção liberal de política de Locke.
- (A) O estado de natureza é um estado de guerra generalizada de todos contra todos.
  - (B) No estado de natureza, todos os homens são livres e iguais, tendo todos o direito à vida, à liberdade e à propriedade.
  - (C) O estado de natureza é um estado de relativa paz, por falta de um juiz imparcial que julgue os possíveis conflitos entre os indivíduos.
  - (D) O Estado civil tem sua origem e fundamento no pacto de consentimento unânime de indivíduos livres e iguais, sendo que na escolha da forma de governo segue-se o princípio da maioria.
  - (E) No centro do pensamento político de Locke se encontra a defesa dos direitos naturais inalienáveis do indivíduo à vida, à liberdade e à propriedade, que devem ser garantidos e protegidos pelo Estado civil.
-

3. (Enem PPL, 2014) Sendo os homens, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil. Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

Segundo a Teoria da Formação do Estado, de John Locke, para viver em sociedade, cada cidadão deve

- (A) manter a liberdade do estado de natureza, direito inalienável.
  - (B) abrir mão de seus direitos individuais em prol do bem comum.
  - (C) abdicar de sua propriedade e submeter-se aos poder do mais forte.
  - (D) concordar com as normas estabelecidas para a vida em sociedade.
  - (E) renunciar à posse jurídica de seus bens, mas não a sua independência.
4. (UFF, 2012) O filósofo inglês John Locke (1632-1704) é um dos fundadores da concepção liberal da vida política. Em sua defesa da liberdade como um atributo que o homem possui desde que nasce, ele diz: "Para compreender corretamente o que é o poder político e derivá-lo a partir de sua origem, devemos considerar qual é a condição em que todos os homens se encontram segundo a natureza. E esta condição é a de completa liberdade para poder decidir suas ações e dispor de seus bens e pessoas do modo que quiserem, respeitados os limites das leis naturais, sem precisar solicitar a permissão ou de depender da vontade de qualquer outro ser humano." Assinale o documento histórico que foi diretamente influenciado pelo pensamento de Locke.
- (A) O livro "O que é a propriedade?", de Proudhon (1840).
  - (B) O "Manifesto comunista", de Karl Marx e Friedrich Engels (1848).
  - (C) A "Concordata" estabelecida entre Napoleão e o Vaticano (1801).
  - (D) A declaração da "Doutrina Monroe" (1823).
  - (E) A "Declaração de Independência" dos Estados Unidos (1776).
-



5. (UEL, 2008) Para Locke, o estado de natureza é um estado de liberdade e de igualdade.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 83.

Com base nos conhecimentos sobre a filosofia política de Locke, assinale a alternativa correta.

- (A) No estado de natureza, a liberdade dos homens consiste num poder de tudo dispor a partir da força e da argúcia.
  - (B) Os homens são iguais, pois todos têm o mesmo medo de morte violenta em mãos alheias.
  - (C) A liberdade dos homens determina que o estado de natureza é um estado de guerra de todos contra todos.
  - (D) A liberdade no estado de natureza não consiste em permissividade, pois ela é limitada pelo direito natural.
  - (E) Nunca houve na história um estado de natureza, sendo este apenas uma hipótese lógica.
6. (UEL, 2019) Por conseguinte, todo homem, ao consentir com outros em formar um único corpo político sob um governo único, assume a obrigação, perante todos os membros dessa sociedade, de submeter-se à determinação da maioria e acatar a decisão desta. Do contrário, esse pacto original, pelo qual ele, juntamente com outros, se incorpora a uma sociedade, não teria nenhum significado e não seria pacto algum, caso ele fosse deixado livre e sob nenhum outro vínculo além dos que tinha antes no estado de natureza.

LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 470.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de John Locke, assinale a alternativa correta.

- (A) O ser humano deve superar o estado de natureza fundando a sociedade civil e o Estado, cedendo seus direitos em prol da paz social.
  - (B) Os indivíduos, no estado de natureza, são juízes de si mesmos, fundam o Estado para garantir segurança e direitos individuais por meio das leis.
  - (C) O poder do Estado deve ser absoluto para a garantia dos direitos naturais da humanidade, como a vida, a liberdade e a propriedade.
  - (D) O pacto ou contrato social é o garantidor das liberdades e direitos, sendo o poder legislativo o menos importante, já que é possível sua revogação por aqueles que participam do poder executivo.
  - (E) O ser humano se realiza como um ser possuidor de bens, sendo sua posse o que garante tolerância religiosa, livre-iniciativa econômica e liberdade individual.
-

7. (UEMA, 2015) De acordo com a historiadora Maria Lúcia de Arruda Aranha, a Revolução Francesa derrubou o antigo regime, ou seja, o absolutismo real fundamentado no direito divino dos reis, derivado da concepção teocrática do poder. O término do antigo regime se consuma quando a teoria política consagra a propriedade privada como direito natural dos indivíduos.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: Introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003.

Esse princípio político, que substitui a antiga teoria do direito divino do rei, intitula-se

- (A) contratualismo.
- (B) totalitarismo.
- (C) absolutismo.
- (D) liberalismo.
- (E) marxismo.

8. (Enem PPL, 2016) A justiça e a conformidade ao contrato consistem em algo com que a maioria dos homens parece concordar. Constitui um princípio julgado estender-se até os esconderijos dos ladrões e às confederações dos maiores vilões; até os que se afastaram a tal ponto da própria humanidade conservam entre si a fé e as regras da justiça.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (adaptado).

De acordo com Locke, até a mais precária coletividade depende de uma noção de justiça, pois tal noção

- (A) identifica indivíduos despreparados para a vida em comum.
- (B) contribui com a manutenção da ordem e do equilíbrio social.
- (C) estabelece um conjunto de regras para a formação da sociedade.
- (D) determina o que é certo ou errado num contexto de interesses conflitantes.
- (E) representa os interesses da coletividade, expressos pela vontade da maioria.

9. (UEG, 2009 - adaptada) Um dos aspectos mais importantes da filosofia política de John Locke é sua defesa do direito à propriedade, que ele considerava ser algo inerente à natureza humana, uma vez que o corpo é nossa primeira propriedade. De acordo com esta perspectiva, o Estado deve

- (A) permitir aos seus cidadãos ter propriedade ou propriedades.
  - (B) garantir que todos os seus cidadãos, sem exceção, tenham alguma propriedade.
  - (C) garantir aos cidadãos a posse vitalícia de bens.
  - (D) fazer com que a propriedade seja comum a todos os cidadãos.
  - (E) Permitir que os cidadãos tenham a posse de bens, mas não a propriedade.
-

10. (UNCISAL, 2016) Tenho razão em concluir que aquele que me colocasse sob seu poder sem meu consentimento me usaria como lhe aprouvesse quando me visse naquela situação e prosseguiria até me destruir; pois ninguém pode desejar ter-me em seu poder absoluto, a não ser para me obrigar à força a algo que vem contra meu direito de liberdade, ou seja, fazer de mim um escravo. Escapar de tal violência é a única garantia de minha preservação.

LOCKE, John. Segundo Tratado do Governo Civil. Cap. 3, tópico 17. [s/p]. Disponível em: Acesso em: 30 out. 2015.

Na relação entre indivíduo e governo, o liberalismo de John Locke, como expresso no texto, estabelece que a

- (A) legitimação do poder deva advir do estado de medo.
- (B) subordinação ao poder do governo deva ser limitado.
- (C) separação dos poderes deva ser a base da igualdade.
- (D) subjugação deva provocar desejos libertários de poder.
- (E) ação soberana deva resguardar a segurança do cidadão.

**Se liga!**

Sua específica é Humanas e quer continuar treinando esse conteúdo?  
Clique [aqui](#), para fazer uma lista extra de exercícios.



## Gabaritos

---

### Exercícios de fixação

- B**

John Locke defende a existência dos direitos naturais, isto é, de certos bens básicos que os homens possuem simplesmente por pertencer ao gênero humano. Dentre esses direitos estão o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Note que Locke utiliza a palavra propriedade com um sentido bastante amplo, ora referindo-se à propriedade privada, tal como a conhecemos, ora referindo-se à propriedade que o indivíduo tem sobre a sua vida e sobre a sua liberdade.
- C**

De acordo com Locke, a necessidade e a conveniência levaram os homens a consentir em abdicar de parte de sua liberdade, bem como do seu direito de julgar para, mediante o estabelecimento de um contrato social, dar origem ao Estado. Note que, nessa perspectiva, o Estado possui duas funções básicas, quais sejam, mediar os conflitos entre os indivíduos e garantir os direitos naturais.
- A**

Enquanto Hobbes foi um célebre teórico do absolutismo monárquico, Locke, além de ser considerado como o “pai” do liberalismo político, propunha como forma de governo a monarquia constitucional.
- Nessa perspectiva, o mundo natural se apresenta como uma propriedade comum. Porém, à medida que um homem imprime o seu trabalho sobre a terra, por exemplo, ela passa a ser propriedade dele. Em outras palavras, é o trabalho que fundamenta o direito natural à propriedade. Assim, uma vez que o trabalho humano é limitado, o direito à propriedade também o é. Contudo, não há limites que impeçam que esse homem troque o excedente daquilo que produziu por dinheiro.
- Locke propõe que as atividades relativas ao Estado devem ser divididas entre o poder legislativo, responsável por elaborar as leis com base nos direitos naturais, o poder executivo, responsável por administrar e aplicar as leis e o poder federativo, responsável pelas questões externas, como a relação com outras nações. Note que os poderes executivo e federativo estão subordinados ao poder legislativo.

### Exercícios de vestibulares

- E**

A ideia apresentada mostra-se consoante com o entendimento do contratualismo moderno. Segundo os teóricos do contratualismo clássico, como Thomas Hobbes e John Locke, a sociedade civil e o Estado surgem a partir de um contrato social em que todos os indivíduos consentem em ceder parte de sua liberdade natural em favor de um poder soberano, cujo objetivo é, entre outras coisas, garantir a segurança e a justiça.
  - A**

A alternativa A está incorreta, uma vez que a visão do estado de natureza como um estado de guerra generalizada de todos contra todos corresponde ao pensamento de Thomas Hobbes e não ao liberalismo político de John Locke.
  - D**
-

Locke destaca que “A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela”. Assim, é necessário concordar com as normas estabelecidas para a vida em sociedade.

4. **E**

A Declaração de Independência dos Estados Unidos traz consigo muitos elementos do liberalismo proposto por John Locke, o que se percebe claramente no seu segundo parágrafo. De fato, ainda hoje o ideal liberal demonstra ser uma característica bastante arraigada no pensamento político estadunidense.

5. **D**

Somente a alternativa D está correta. Nas próprias palavras de Locke: “Ainda que se tratasse de um ‘estado de liberdade’, este não é um ‘estado de permissividade’: [...] O ‘estado de Natureza’ é regido por um direito natural que se impõe a todos, e com respeito à razão, que é este direito, toda a humanidade aprende que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve lesar o outro em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens.”

(LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994).

6. **B**

(A) Incorreta. Para Locke, o estado de natureza é superado porque o homem em tal estado é juiz de si mesmo. Para garantir a estabilidade das relações individuais, é fundado o Estado, que garante os direitos das pessoas, bem como os seus deveres.

(B) Correta. Segundo Locke, no estado de natureza, os homens pensam de maneira individualista, o que pode levar a conflitos, por isso a necessidade da fundação do Estado enquanto instância mediadora dos conflitos sociais entre os diversos grupos sociais que o constituem.

(C) Incorreta. De acordo com Locke, o Estado é a instância que garante os direitos naturais; portanto, o poder não pode ser absoluto. O poder executivo deve estar subordinado ao legislativo, e o Estado existe para garantir os direitos dos indivíduos, que podem retirar do Estado tal prerrogativa, caso este não garanta direitos – como a propriedade privada, a liberdade e a sobrevivência.

(D) Incorreta. Segundo Locke, o poder legislativo é o mais importante na estrutura social. É ele que garante a liberdade e os direitos, não o poder executivo, que deve estar subordinado ao legislativo, e o legislativo, à vontade da maioria.

(E) Incorreta. Não basta possuir bens para garantir a tolerância religiosa, a livre-iniciativa econômica e a liberdade individual sem uma legislação que os garanta. As leis podem garantir tais direitos e o direito à propriedade privada.

7. **D**

O princípio político que substitui a antiga teoria do direito divino do rei intitula-se liberalismo. Inaugurado pelo filósofo inglês John Locke, o liberalismo político tem como pontos centrais a liberdade (ação por deliberação pessoal, sem nenhuma influência), a propriedade privada (iniciando a partir do próprio corpo que se possui e por aquilo que se consegue pelo trabalho) e a igualdade (mesmas condições para que todos possam usufruir dos recursos e leis da natureza).

8. **B**

De acordo com Locke, até a mais precária coletividade, como “os esconderijos dos ladrões” e “as confederações dos maiores vilões” conservam certas regras e certa noção de justiça. Segundo ele, essa noção de justiça contribui para a manutenção da ordem e do equilíbrio social.

9. **A**

Na teoria liberal de John Locke, o direito natural à propriedade privada ganha importância fundamental. Esse direito deve ser garantido pelo Estado, não significando que este deva dar propriedade a todos os seus cidadãos, mas somente garantir a possibilidade de tê-las e mantê-las. Segundo essa visão liberal, é por meio do trabalho que o homem pode adquirir tais propriedades.

10. **B**

Como afirma Locke, o motivo pelo qual o Estado é organizado é a garantia dos direitos já existentes no estado de natureza. Dessa forma, o Estado não pode fazer o que quiser nem deve ter poderes ilimitados, mas os indivíduos devem se submeter ao seu poder na proporção dos limites das relações entre os homens no estado de natureza. As pessoas são livres para fazer o que quiserem, desde que não prejudiquem os outros e a formação do Estado.

---